

Exmo. Sr. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e  
Ciência

Senhores deputados

Uma escola faz-se de paredes, tectos e de valências! Faz-se de docentes e  
não docentes, de crianças, adolescentes e jovens.

Mas vamos retirar as pessoas da equação!

Afinal, foi exatamente isso que este Governo fez com o Despacho  
Normativo n.º1-H.

Retirou as pessoas da equação, atropelando os seus direitos e os das  
famílias, qual máquina trituradora, movida a radicalismo, que não  
encontramos no “ADN” ideológico do PS, muito menos no seu programa  
eleitoral, mas que bem sabemos radicado naqueles que são os pilares de  
um Governo fragilizado pela minoria.

A consciência deste facto, leva a que eu, cidadã deste país, e mãe de uma  
criança que não é “tubo de ensaio” de pseudo-reformas animadas por  
argumentos com “pés de barro”, tenha ainda mais dificuldade em aceitar  
as alterações legislativas feitas “à traição”, e a pouco mais de dois meses  
do final do ano letivo, apunhalando pelas costas as escolas que, durante  
décadas, foram o garante do cumprimento das obrigações constitucionais  
do Estado.

Não está apenas em causa a liberdade das crianças seguirem o percurso académico que os pais traçaram para elas.

O que está em causa, nesta “chacina” do ensino particular e cooperativo, é muito mais do que isso!

É um Estado que viola compromissos!

É um Estado que atua na sombra, na marginalidade, legislando sem dar a cara, contra um setor que presta serviço público de educação desde o Portugal democrático, e até antes!

É um Estado de mãos atadas pelo radicalismo ideológico!

É um Estado que faz lembrar tempos idos, dos quais muitos ainda têm memória, mas apenas alguns têm saudade!

É um Estado que atropelou políticas educativas consensualizadas entre agentes locais, e que, à data de hoje, continua sem dizer aos municípios – e conheço o caso concreto de Vila Nova de Famalicão - quando, como, ou mesmo se vai pagar os encargos acrescidos que estes estão a ter, nomeadamente, com os transportes escolares, competência do Estado!

O mesmo acontece com o pessoal auxiliar, dimensionado para um universo de alunos subvertido com esta pseudo-reforma.

Posto isto, adensam-se as dúvidas sobre as verdadeiras motivações deste Governo quando abriu guerra ao ensino particular e cooperativo.

Haverá ganhos financeiros?

Não sabemos.

Procuram-se factos!

Os únicos que temos, validados que um organismo credível e independente, dão-nos conta que uma turma ao abrigo dos Contratos de Associação custa menos 25 mil euros/ano ao erário público quando comparada com uma turma da rede estatal de estabelecimentos de ensino.

Facto, é que nunca foi apresentado um estudo sério, técnico, argumentativo e descritivo do território educativo nacional.

Não valem números atirados para o ar em programas televisivos de horário nobre, já depois da “casa a arder”.

Haverá ganhos de organização territorial?

Estes não, de certeza.

Chega a ser anedótico falar em seriedade na avaliação do país educativo, quando o estudo do território é feito com recurso ao Google Maps, ao computador de um gabinete ministerial em Lisboa.

Houve algum estudo do setor particular e cooperativo?

Da oferta?

De quem é o “trigo”, e de quem é o “joio”?

Sabiam que quase 40 por cento dos alunos que em Famalicão frequentam as escolas com Contrato de Associação são beneficiárias de apoios do Estado?

E que em Santo Tirso, onde também ficou a zeros a única escola com Contrato de Associação, a proporção é idêntica?

São as tais elites, que serviram tanto de argumento ao longo da discussão surda que se fez em torno deste dossier.

Um argumento que tem tanto de demagógico, e tão pouco de válido.

O improviso sem conhecimento de causa deixa bem claro que a tutela nunca quis conhecer o setor.

Importou esvaziar de um lado, para encher do outro, fazendo o obséquio a lóbis políticos e sindicais que tão pouco se esconderam de entrar nesta discussão em nome do Governo.

E importa também traçar o cenário do pós-despacho para estes “filhos de um Deus menor”, as escolas que serviram a incompetência do Estado, mas que agora são papel de embrulho descartável dos caprichos ideológicos de alguns partidos que suportam este Governo:

1 – 10 mil alunos deslocados na mudança de ciclo!

2 – 313 docentes já perderam o emprego. Serão mais de 800 (814) no final deste ano letivo!

3 – 167 não docentes que já perderam o emprego! Serão 525 no final do presente ano lectivo!

4 – Indemnizações acima dos 45 milhões de euros a pagar pelas escolas do ensino particular e cooperativo, considerando o pessoal docente e não docente que já perdeu o emprego, e perderá até ao final do ano letivo!

A quem o desemprego já bateu à porta, ou baterá, fruto dos cortes, resta-lhe a dependência social do Estado...

Grande ganho!

Às instituições, sentenciadas ao definhamento, resta-lhes a insolvência!

Mais um grande ganho!

Um ganho histórico sem precedentes, um ganho social ímpar para as pessoas, e um ganho absoluto para as comunidades onde se encontram inseridas, e onde geram um benefício que tão pouco alguém deste Governo se deu ao trabalho de querer conhecer.

Em Famalicão, por exemplo, as instituições particulares e cooperativas têm um histórico de cooperação com a comunidade, com as entidades públicas, nomeadamente Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, com o tecido associativo, e, pasme-se, até com as escolas da rede estatal de ensino.

Há projetos embrionados nestas escolas que foram adotados fora de portas, tal o reconhecimento do mérito.

Há valências colocadas ao serviço das autarquias e das associações.

Há um prejuízo líquido quantificável, e de resto as Juntas de Riba de Ave e União de Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela já se encarregaram de avançar com ações populares que reclamam uma indemnização do Estado por danos causados com o previsível encerramento das Didáxis de Riba de Ave e S. Cosme, e, ainda em Riba de Ave, o Externato Delfim Ferreira.

Um milhão e meio de euros!

Pouco. Muito pouco, diria, quando tido em conta o dano irreparável!

Onde ficaram os interesses das crianças, adolescentes e jovens afectados pela medida?

Dos pais?

Das comunidades cuja dinâmica económica gira, em grande parte, em torno destas escolas, e que, com a ameaça da falência, se vêm a braços com o desemprego em larga escala?

Exatamente quando é que a lógica da ocupação máxima passou a ser critério privilegiado no que toca à definição de políticas educativas?

Eu estudei numa escola com Contrato de Associação do 5.º ao 12.º ano de escolaridade.

Porquê?

Porque este Estado, agora tão cioso das suas propriedades, não era capaz de disponibilizar às crianças da área geográfica onde residia, oferta educativa gratuita. Incompetente, portanto, de cumprir os seus compromissos constitucionais...

Só muitos anos depois de abandonar o Instituto Nun'Álvres me apercebi que havia um contrato a formalizar a relação jurídica entre a minha escola de sempre e o Estado.

Porquê?

Porque para crianças, adolescentes e jovens daquela área do concelho de Santo Tirso não havia alternativa além daquela, uma vez concluído o ensino primário.

Era ali que estava o serviço público de educação, aquele que o Estado era incapaz de colocar no terreno!

Lembram-se?

Não lembram, claramente.

Mas talvez a maior riqueza de um povo seja a sua memória, a sua história.

Este Governo fica na história por enterrar a história de instituições de ensino que prestaram serviço público de educação, prestam serviço público de educação, e continuarão a prestar!

Haja esperança na legalidade!

Animada pela minha história, para a minha filha tive a lucidez e o azar de escolher a Escola Cooperativa de Vale S. Cosme.

A lucidez de quem pretende que ela tire partido máximo de uma boa escola, focada não só na sua formação académica mas também na sua formação enquanto pessoa; e o azar de o fazer numa altura em que um Governo se vira contra as escolas parceiras de sempre.

Foi mesmo azar...

No rescaldo do ataque, a escola mantém turmas não financiadas, mas bem sabemos o que as espera: a falência.

Foi esse o projeto de futuro que este Governo lhes desenhou.

A propósito de futuro, importa aqui dar a conhecer a proposta que uma comitiva do PCP – e peço desculpa pelo termo mas não encontro melhor - teve o cinismo de fazer, em visita a uma das escolas com Contrato de Associação em Riba e Ave, quando confrontada com a ausência total de oferta de ensino equiparada naquela região do concelho:

“Constrói-se uma escola nova!”, disse um membro desta delegação.

É cínico, é sádico, é absurdo, é obtuso, e completamente contra os preceitos de uma boa gestão de recursos, ainda mais num país que anda sempre de mão estendida.

Mas, bem, agora que o ano letivo se iniciou, e que algumas das escolas visadas pelos cortes do Governo se agarram à crença na legalidade, quero

deixar claro que não aceito que a minha filha, os nossos filhos sejam “favores políticos”.

Foram moeda de troca num governo que gere ganhos e contrapartidas com partidos e lóbis que o subalternizaram.

Aconteça o que acontecer no futuro, porque os Governos mudam, se bem que os prejuízos ficam, nunca aceitarei a legitimidade desta decisão!

Dirão, não vale de nada não aceitar, pois se o mal está feito...

Então não vale! Vale-me a liberdade de poder vir a esta comissão dizê-lo!

Não aceito um Estado que atropela um histórico de parceria e cooperação com o ensino particular e cooperativo, com pessoas dentro, a título da sua própria sobrevivência!

Não aceito um Estado que não cumpre acordos estabelecidos!

Não aceito um Estado que não é pessoa de bem!

Muito obrigada!